

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 231.883 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. CRISTIANO ZANIN
PACTE.(S) : MARCO EDSON GONCALVES DIAS
IMPTE.(S) : ANDRE LUIS CALLEGARI E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR
MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DO DIA 8 DE
JANEIRO - CPMI 8 DE JANEIRO

Cuida-se de habeas corpus preventivo impetrado em favor de MARCO EDSON GONÇALVES DIAS, convocado a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito alusiva aos atos de 8 de janeiro de 2023.

Segundo os impetrantes, embora o paciente tenha sido convocado na condição de testemunha, existiriam procedimentos tramitando para apurar sua responsabilização como agente público, razão pela qual seria necessário resguardar o direito à não autoincriminação.

Defendem os impetrantes que a proteção constitucional ao silêncio assegura o direito de não ser compelido a se autoincriminar, requerem a concessão de ordem para garantir ao paciente esse direito durante o seu depoimento, a ser realizado no dia 31.8.2023.

Os impetrantes pediram a concessão de liminar para assegurar que o paciente não seja submetido ao compromisso de dizer a verdade e tenha assegurado o direito ao silêncio no que diz com fatos alheios àqueles da investigação e quanto a outros aptos a gerar incriminação. Ainda em sede de liminar os impetrantes requereram seja reconhecido o direito de o paciente ser assistido por advogado e o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais em decorrência do exercício dos direitos postulados.

É o relatório.¶

Decido.¶

As comissões parlamentares de inquérito ostentam, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”.

O exercício desses poderes, todavia, encontra restrições nos direitos e garantias fundamentais, os quais consignam o direito ao silêncio, a garantia contra a autoincriminação e o direito de ser assistido por advogado constituído (HC 231.364/DF, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 17/8/2023).

Nesse sentido, a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal tem reconhecido “ser oponível às Comissões Parlamentares de Inquérito a garantia constitucional contra a autoincriminação e, conseqüentemente, do direito ao silêncio quanto a perguntas cujas respostas possam resultar em prejuízo dos depoentes, além do direito à assistência do advogado” (HC 119.941/DF, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe de 28.8.2017).

Diante da exposição contida na petição inicial e nos documentos a ela anexados, constato que o paciente foi intimado a prestar esclarecimentos perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), antes referida, que tem por objeto a apuração de fatos relacionados, ao menos em parte, aos procedimentos investigativos autônomos em que ele (paciente) figura como investigado.

Por isso, entendo que o paciente tem o direito de não responder a indagações que, eventualmente, possam incriminá-lo. Não pode ser obrigado a fazer prova contra si.

Esse entendimento está em harmonia com a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, que tem registrado, no âmbito das CPIs e CPMIs, o direito ao silêncio, o direito à assistência por advogado, o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade e o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais derivados do exercício do direito a não se autoincriminar. De fato:

“Sendo assim, tendo em consideração as razões expostas, e sem dispensar o ora paciente de comparecer perante a CPI do CARF, defiro o pedido de medida liminar nos precisos termos expostos nesta decisão, em ordem a assegurar, cautelarmente, ao paciente, em face de referida CPI: (a) o direito de exercer a prerrogativa constitucional contra a autoincriminação, sem que

se possa adotar contra ele, em razão do regular exercício de tal prerrogativa jurídica, qualquer medida restritiva de direitos ou privativa de liberdade; (b) o direito de ser dispensado de assinar termo de compromisso legal na condição de testemunha, por tratar-se de pessoa sob investigação, garantindo-lhe, por isso mesmo, o direito de não sofrer qualquer medida sancionatória por parte de mencionada Comissão Parlamentar de Inquérito; e (c) o direito de ser assistido por seus Advogados e de com estes comunicar-se, pessoal e reservadamente, sem qualquer restrição, durante o curso de seu depoimento” (HC 134.260/DF, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 20/5/2016).¶

“COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PRIVILÉGIO CONTRA A AUTO-INCRIMINAÇÃO DIREITO QUE ASSISTE A QUALQUER INDICIADO OU TESTEMUNHA - IMPOSSIBILIDADE DE O PODER PÚBLICO IMPOR MEDIDAS RESTRITIVAS A QUEM EXERCE, REGULARMENTE, ESSA PRERROGATIVA - PEDIDO DE HABEAS CORPUS DEFERIDO. - O privilégio contra a autoincriminação - que é plenamente invocável perante as Comissões Parlamentares de Inquérito - traduz direito público subjetivo assegurado a qualquer pessoa, que, na condição de testemunha, de indiciado ou de réu, deva prestar depoimento perante órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário. - O exercício do direito de permanecer em silêncio não autoriza os órgãos estatais a dispensarem qualquer tratamento que implique restrição à esfera jurídica daquele que regularmente invocou essa prerrogativa fundamental. Precedentes. O direito ao silêncio - enquanto poder jurídico reconhecido a qualquer pessoa relativamente a perguntas cujas respostas possam incriminá-la (nemo tenetur se detegere) - impede, quando concretamente exercido, que aquele que o invocou venha, por tal específica razão, a ser preso, ou

ameaçado de prisão, pelos agentes ou pelas autoridades do Estado (...)”. (HC 79.812-SP, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 16.2.2001)

“O Supremo Tribunal Federal tem entendido que, tal como ocorre em depoimentos prestados perante órgãos do Poder Judiciário, é assegurado o direito de o investigado não se incriminar perante as Comissões Parlamentares de Inquérito.

[...]

O direito ao silêncio, que assegura a não produção de prova contra si mesmo, constitui pedra angular do sistema de proteção dos direitos individuais e materializa uma das expressões do princípio da dignidade da pessoa humana.

Como se sabe, na sua acepção originária conferida por nossa prática institucional, este princípio proíbe a utilização ou a transformação do homem em objeto dos processos e ações estatais. O Estado está vinculado ao dever de respeito e proteção do indivíduo contra exposição a ofensas ou humilhações.

[...]

Ante o exposto, concedo a ordem de habeas corpus para convolar a compulsoriedade de comparecimento em facultatividade e deixar a cargo do paciente a decisão de comparecer, ou não, à Câmara dos Deputados, perante a CPI-BRUMADIMHO, para ser ouvido na condição de investigado.

Se quiser o paciente comparecer ao ato, asseguro-lhe: a) o direito ao silêncio, ou seja, de não responder, querendo, a perguntas a ele direcionadas; b) o direito à assistência por advogado durante o ato; c) o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos com esse conteúdo; e d) o direito de não sofrer constrangimentos

físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.” (HC 171.438-DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 08.01.2021).

“De fato, como expressamente indicado na decisão embargada, o direito ao silêncio confere a pessoa, independente se investigado ou testemunha, que comparece perante qualquer dos Poderes Públicos a prerrogativa de não responder a perguntas cujas respostas, em seu entender, possam lhe incriminar (HC 79.244, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 24.3.2000), sem que com isso qualquer consequência negativa decorrente de seu status poenalis possa lhe advir.

Desse modo, ao garantir ao paciente o direito ao silêncio, resta evidente que o alcance do direito assegurado no decisum restringe-se apenas às questões que, no entender do paciente, possam lhe incriminar. Enquanto testemunha – condição na qual foi convocado – não tem ele o direito de silenciar sobre fatos que não o incriminem: ao revés, como expressamente estabelece o art. 206 do Código de Processo Penal, ‘a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor’.

Acolho, portanto, os embargos de declaração, sem modificar a decisão, para fixar que o paciente não está albergado pelo direito ao silêncio todo e qualquer questionamento mas simplesmente o na medida necessária para se elidir a autoincriminação. (HC 231.364-DF/ED, Rel. Min. Edson Fachin, DJ 17.08.2023).

“HABEAS CORPUS. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. CONVOCAÇÃO PARA OITIVA DE INVESTIGADA. COMPARECIMENTO. FACULDADE. DIREITO DE NÃO PRODUZIR PROVA CONTRA SI MESMO (NEMO TENETUR SE DETEGERE) E DE ASSISTÊNCIA DE ADVOGADO. SALVO CONDUTO. ORDEM CONCEDIDA.” (HC 231.271-DF, Rel. Min. André Mendonça, DJ 14.08.2023).

Esclareço, adicionalmente, que o impetrante está protegido pelo direito ao silêncio somente no que tange ao indispensável para o exercício do direito constitucional, já que não é obrigado a se autoincriminar e produzir provas contra si próprio.

Por conseguinte, o paciente não está dispensado de responder a indagações objetivas e que não tenham relação com esse conteúdo, pois, quanto às demais formulações não inseridas na proteção constitucional, todos possuem a obrigação de não faltar com a verdade. Trata-se, inclusive, de deveres consagrados por lei, na linha dos artigos 206 e 216 do Código de Processo Penal e da jurisprudência deste Tribunal (HC 231.724/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 28/8/2023).

Essa compreensão foi expressamente registrada em outro habeas corpus de minha relatoria (HC 231.839/DF, DJe de 28/8/2023), oportunidade em que explicitiei, no dispositivo da decisão, que a medida liminar assegurada ao paciente se refere apenas “aos questionamentos capazes de incriminá-lo”.¶

Ante o exposto, DEFIRO A MEDIDA LIMINAR PLEITEADA, para garantir ao paciente, **no que toca aos questionamentos capazes de incriminá-lo:**¶

- (a) o direito ao silêncio;
- (b) o direito à assistência por advogado durante o ato;
- (c) o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade;
- (d) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.

¶

Atribui-se a esta decisão força de mandado/ofício/salvo conduto.

HC 231883 MC / DF

Notifique-se a autoridade apontada como coatora, para, caso queira, prestar as informações que entender pertinentes, no prazo de 10 (dez) dias.

Após, ouça-se o Procurador-Geral da República, no prazo de 10 (dez) dias. ¶

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 30 de agosto de 2023

Ministro CRISTIANO ZANIN

Relator

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL**

URGENTE

ANDRÉ LUÍS CALLEGARI, brasileiro, casado, advogado, regularmente inscrito na OAB/DF sob o nº 57.206 e **MARILIA ARAUJO FONTENELE DE CARVALHO**, brasileira, casada, advogada, regularmente inscrita na OAB/DF sob o nº 43.260, ambos com endereço profissional na SMDB Quadra 26, lote 8, casa G, Condomínio Boa Vista, Lago Sul, Brasília/DF, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com supedâneo no artigo 5º, inciso LXVIII, da CF/88 c/c art. 647 e 648, incisos I e IV, do Código de Processo Penal, fundado no art. 105, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal, e demais cominações legais aplicáveis à espécie, impetrar a presente ordem de

HABEAS CORPUS PREVENTIVO

com pedido liminar em favor de **MARCO EDSON GONÇALVES DIAS**, brasileiro, general de reserva, portador carteira de identidade n. 026025541-9 EB, e inscrito no CPF sob o nº 421.525.007-25, consoante os fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos, requerendo seu processamento na forma da lei.

A presente ordem de *habeas corpus* é requerida em decorrência de manifesto constrangimento ilegal que lhe é imposto pelo iminente exercício de autoridade pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Arthur Oliveira Maia, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos atos de 08 de janeiro.

A ilegalidade se identifica no iminente ato convocatório de presença pessoal do Paciente para prestação de depoimento naquela Comissão na qualidade

de testemunha, conforme se lê no ofício de sua convocação, muito embora em remoto horizonte possa vir a ser investigado pelos fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da investigação. Tudo isso além do justo receio de prática de atos ilegais e do risco de situações e atos constrangedores durante seu depoimento perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Assim esta impetração possui o propósito de lhe assegurar o silêncio, além de lhe garantir o acompanhamento por meio de defesa técnica investida de todas as suas prerrogativas.

Seguem as razões, abundantes e mais que suficientes para o imediato deferimento da pretensão cautelar deste *writ*.

I. DA COMPETÊNCIA DESTES SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PERTINÊNCIA DA VIA ELEITA

A impetração do presente *writ*, que tem sede constitucional¹ para defesa do direito fundamental à liberdade de locomoção diante de ilegalidade ou abuso de poder, se justifica em razão dos atos praticados por membros da Câmara dos Deputados estarem sujeitos diretamente à jurisdição desta Suprema Corte, nos termos dos artigos 53, §1º e 102, inciso I, alínea *i*, da Constituição Federal.

Conforme será narrado em linhas vindouras, o Paciente possui justo e fundado receio de sofrer constrangimentos quando de seu depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos atos de 08 de janeiro, aprazada para o próximo dia 31 de agosto de 2023, às 9h, de modo a recorrer ao presente remédio constitucional para a concessão do exercício do direito ao silêncio no referido ato e a concessão de salvo conduto, súplica que faz a esta Corte.

II. DO ENREDO FÁTICO

¹ Constituição Federal. Artigo 5º, inciso LXVIII.

O Congresso Nacional, após a análise do requerimento nº 1/2023², instituiu a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o escopo delimitado de investigar a emissão de alertas ao Governo Federal na véspera dos ataques, além de individualizar condutas daqueles que participaram efetivamente dos atos de vandalismo.

Durante a realização dos trabalhos, a Comissão aprovou os requerimentos de nº 935, 936, 937, 938, 945, 948 e 982/2023³, que determina a convocação do ora Paciente, Marco Edson Gonçalves Dias, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), na qualidade de testemunha, para apurar ações e omissões das autoridades responsáveis que culminaram na depredação de patrimônio público, além do cometimento de diversos outros crimes. A convocação de comparecimento foi aprazada para o próximo dia 31 de agosto, terça-feira, às 19h, no plenário 2 do anexo II do Senado Federal.

A convocação do Impetrante na qualidade de testemunha está **travestida** da real condição do Paciente nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito: **a de investigado**, especialmente por sua ocupação à época dos fatos.

Sabe-se que **enquanto investigado o exercício do direito ao silêncio é garantia constitucional**. Na qualidade de testemunha, posição do Paciente no ato coator, há o compromisso de se responder tudo que lhe for perguntado, sob pena de incorrer em crime.

Como noticiado na imprensa, **existem procedimentos** em curso para apurar a responsabilidade de agentes públicos, **que incluem o Paciente**⁴ e que se confundem com o objeto da investigação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – tudo isso sem contar os expedientes que sequer se tem conhecimento de seu teor, considerando que o Inquérito sobre este tema em trâmite neste Supremo

² Doc. 02.

³ Doc. 03.

⁴ <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/08/16/moraes-inclui-goncalves-dias-em-procedimento-que-apura-conduta-de-militares-nos-atos-de-8-de-janeiro.ghtml>

Tribunal Federal corre sob sigilo e apenas decisões de maior impacto social foram publicizadas.

Assim, qualquer manifestação feita em sede do depoimento já aprazado e aqui apontado enquanto ato coator possui o risco de interferência em seu direito de defesa.

Por isso há indicativos de que possa haver algum constrangimento ao Paciente por parte de algum membro da comissão no sentido de se buscar uma confissão de culpa, imprópria e inadequada no Estado Democrático de Direito. E é essa situação que revela a necessidade de que lhe seja garantido, por ocasião de seu depoimento, que o **Paciente** tenha assegurado o **direito de responder somente ao que não lhe incriminar**, não podendo seu eventual silêncio gerar qualquer advertência de tipificação de crime ou dar ensejo a ameaça de prisão em flagrante.

Com efeito, o direito ao silêncio integra o sistema de proteção dos direitos individuais e materializa o princípio da dignidade da pessoa humana⁵. Além disso, não se pode olvidar que o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais de direitos humanos que também asseguram o direito ao silêncio, conforme se constata no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e Convenção Americana de Direitos Humanos.

Em plena vigência do Estado Constitucional de Direito, recorrer à Suprema Corte Constitucional para emissão de ordem destinada aos parlamentares, no sentido de respeitar garantias fundamentais previstas como cláusulas pétreas na *Lex Mater*, deveria ser condição de anormalidade e sintomas dos tempos estranhos que vivemos. Entretanto, dado os diversos abusos perpetrados nas mais diversas Comissões Parlamentares de Inquérito, tornou-se comum recorrer a esta Excelsa Corte.

⁵ Constituição Federal. incisos LV e LXIII do artigo 5º da CF/88 c/c §§2º e 3º do 5º.

É o presente caso, pois cinge-se a potencial violação ao direito constitucional do investigado permanecer em silêncio para não se autoincriminar, conforme assegura o artigo 5º inciso LXIII da Constituição Federal. Trata-se do princípio *nemo tenetur se detegere*, que garante ao cidadão não apenas de não ser obrigado a fornecer qualquer tipo de informação, mas também coíbe a possibilidade de fornecer, direta ou indiretamente, qualquer tipo de prova que possa ensejar à autoincriminação.

À vista de elementos ou informações que poderiam alcançar a autoincriminação, não há outra opção senão o respeito estrito aos limites do preceito constitucional. **Por óbvio, questões relacionadas à identificação e os fatos indicados no plano de trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos atos de 08 de janeiro, sem o condão de incriminação, devem ser – e serão - respondidas.**

É salutar lembrar que os membros da comissão devem observar a reserva da matéria prevista no plano de trabalho para elaborar perguntas, muito embora seja cediço o desvio de finalidade de tais questionamentos, que resultam em manifestações político-partidários com fins eleitoreiros, ataques e ofensas pessoais, descrédito das Instituições Democráticas, entre outras posições deslustres como enxovalhamento moral, tão somente com a finalidade de prejudicar quem ali se faz presente, neste caso, o Paciente.

Para além disso, o Paciente e estes impetrantes possuem o justo receio de sofrer constrangimentos quando de seu depoimento à CPMI que, inclusive, aconteceu ao Paciente quando de seu depoimento na CPI do MST⁶⁷.

E diante desse panorama e precisamente pelo cenário apresentado que a presente impetração pretende ir além de sua garantia ao silêncio: quer-se

⁶ <https://www.estadao.com.br/politica/cpi-mst-retoma-atividades-invasao-sem-terra-ex-ministro-gsi-hoje-nprp/>

⁷ <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/08/02/acusacao-de-cola-ditadura-e-até-melancias-as-estrategias-da-oposicao-para-desestabilizar-ex-comandante-do-gsi-em-cpi.ghml>

também proteger a dignidade pessoal do investigado, contra atos de desrespeito público, de desvirtuamento das relevantes finalidades das CPI's, com violação ao princípio da impessoalidade que deve ser extensivo aos agentes políticos. Do contrário, e tal como vem ocorrendo, permanecerão as humilhações e toda sorte de ofensas e diatribes contra aqueles que permanecem em silêncio.

Assim, essa forma de proceder desta CPMI e dos parlamentares que a integram, ao que tudo indica, ao invés de atender ao seu escopo político e social, tem se revelado como instrumento voltado a macular a imagem do Paciente, **convocado travestidamente como testemunha, muito embora seja claramente investigado por estes fatos em razão de sua posição.**

E neste ponto e apenas quanto a isso, se mostra necessária a aplicação das mesmas garantias constitucionais que vigoram no Processo Penal às Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito.

O reconhecimento de que Comissões Parlamentares de Inquérito gozam de “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”⁸, implica que estejam sujeitas às mesmas regras e princípios que vinculam a atividade jurisdicional, dentre os quais estão as garantias asseguradas ao investigado, ao indiciado e ao acusado em Processo Penal, como se sabe, à farta.

Sem correr o risco de tomar o particular pelo geral, as Comissões Parlamentares de Inquérito vêm se notabilizando pelo tratamento claramente ofensivo à dignidade e ao status processual das pessoas por elas investigadas.

Em conclusão, presente o justo receio de constrangimento ilegal que possa ser imposto ao Paciente, deve ser garantido a ele o manto constitucional de permanecer em silêncio sobre fatos estranhos ao objeto da investigação, como uma salvaguarda para não produzir provas contra si mesmo, assegurando-lhe o direito de responder apenas às perguntas que entender pertinente.

⁸ Constituição Federal. Art. 58, §3º.

Caso haja qualquer desrespeito ao seu direito de permanecer em silêncio ou falta de observância de tratamento humanitário durante o procedimento, é imprescindível que o Paciente, por meio de sua defesa técnica, possa encerrar imediatamente sua participação, interrompendo seu depoimento e retirando-se da sessão sem ameaça de prisão ou qualquer representação criminal.

Por fim, mas, subsidiariamente, se não se reconhecer o direito ao não comparecimento por impossibilidade de esclarecimentos sobre a temática de que cuida a Comissão Parlamentar de Inquérito que convocou o Paciente, que se lhe reconheça ainda o direito de ser assistido por advogado, com especial atenção ao artigo 7º, inciso XI, da Lei 9.906/94.

Rememore-se que é garantia do advogado insurgir-se, verbalmente ou por escrito, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento, perante qualquer autoridade. Não reconhecer a manifestação do advogado seria restringir sua atividade a mero espectador de abusos, limitando sua atuação e implicando em sua convivência com ilegalidades perpetradas.

Do mesmo modo, exige-se a ampla proteção à atividade advocatícia, de modo que, caso ocorra desrespeito às prerrogativas profissionais (v.g. referir-se de forma jocosa ou que impute desabono ao pessoal ou profissional, falácia eivada de valor negativo que em nada tem relação com os fatos apurados, imputação de preferência político-partidária, restrição de participar do ato, entre outros atos) permita-se que o advogado se retire do procedimento, fazendo cessar imediatamente tamanho constrangimento.

Por todo o exposto e considerando o histórico das sessões desta e de outras Comissões Parlamentares de Inquérito e das manifestações públicas dos parlamentares integrantes, em que as mais diversas formas de violações a garantias constitucionais se fizeram presentes, o Paciente tem o fundado e legítimo receio de ser coagido e de ver seus direitos tolhidos.

Por isso, o presente *writ* preventivo objetiva garantir ao Paciente: a) a garantia de não produzir provas contra si mesmo e o pleno exercício do silêncio sobre fatos estranhos ao objeto desta investigação, sob pena de violação grave a seus direitos fundamentais, ainda mais se considerado que as conclusões advindas da investigação parlamentar poderão ser usadas para tentar fomentar eventuais ações cíveis e/ou criminais em seu desfavor; b) o exercício de seu direito de defesa, consistente em ser assistido por sua defesa técnica.

III. DO PEDIDO LIMINAR

A concessão da medida liminar aqui pleiteada é providência destinada a preservar cautelarmente a liberdade ambulatorial e jurídica do Paciente, garantido a eficácia da decisão de mérito pretendida.

No presente caso, em uma análise perfunctória da fundamentação expendida, verifica-se claramente a presença do *fumus boni iuris*, consistente em ter assegurado o pleno exercício do direito de defesa, do direito ao silêncio e da não autoincriminação, previsto na *Lex Major*, em relação aos fatos não vinculados ao objeto da investigação ou àqueles que possam lhe incriminar.

Ainda em relação ao *fumus boni iuris*, não se pode olvidar o contexto das manifestações públicas dos parlamentares e *modus operandi* das Comissões Parlamentares de Inquérito, com clara vertente inquisitorial, marcadas por violações constitucionais e pela cassação recorrente por parte dos parlamentares dos direitos e garantias fundamentais, tão caros à sociedade brasileira.

A incidência do *periculum in mora* repousa, sobretudo, no fato de que o Paciente está convocado para comparecer no próximo dia 31 de agosto de 2023, às 9h, sob pena de condução coercitiva e do cometimento do delito de desobediência, conforme a convocação ora anexa a estes autos. Se não concedida a pleiteada liminar, o Paciente estará sujeito a potenciais constrangimentos no mencionado ato.

Assim, em vista dos argumentos fáticos e jurídicos ora assinalados, serve a presente para requerer, mesmo em um juízo de cognição sumária, a concessão liminar deste *writ*, para o fim de assegurar, cautelarmente, em face da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito:

a) o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade e ao silêncio quanto aos fatos que não dizem respeito aos fatos objetos da investigação e quanto àqueles que possam, eventualmente, lhe incriminar;

b) o direito de ser assistido por advogado;

c) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais, como medidas privativas de liberdade ou restritivas de direito, decorrentes do exercício dos direitos supra.

IV - DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, impetrantes entendem que foi demonstrado à saciedade o constrangimento ilegal que em breve recairá sobre o Paciente, postulando, com fundamento nos artigos 647 e 648, I, do Código de Processo Penal, a concessão de liminar e o processamento regular do *writ* até a final concessão da ordem, para que seja assegurado ao Paciente requer-se lhe sejam garantidos no procedimento investigatório conduzido pelo Congresso Nacional, o direito à ampla defesa técnica – com todas as prerrogativas inerentes à advocacia e autodefesa, com todos seus corolários, como o direito ao silêncio sobre os fatos que não guardem relação como objeto da investigação e à não autoincriminação, na sessão do próximo dia 31 de agosto na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos atos de 08 de janeiro.

Ainda, requer-se seja garantido ao Paciente salvo conduto, nos termos do artigo 660, §4º, do Código de Processo Penal, para que seu silêncio não seja utilizado em seu desfavor, nem sirva como fundamento para qualquer tipo de medida restritiva de liberdade ou direitos.

Por fim, requer que todas as publicações e intimações sejam feitas em nome de ANDRÉ LUÍS CALLEGARI, inscrito na OAB-DF sob o número 57.206, com endereço profissional em Brasília/DF, SMDB, Cj. 26, lote 8, casa G, sob pena de nulidade.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 28 de agosto de 2023.


André Luís Callegari
OAB/DF 57.206


Marília A. Fontenele de Carvalho
OAB/DF 43.260